

Sumário

Apresentação	xiii
Nota Introdutória	xv
Nota Introdutória à 8ª Edição.....	xvii
Nota Introdutória à 11ª Edição.....	xix
Nota Introdutória à 16ª Edição.....	xxi
Nota Introdutória à 17ª Edição.....	xxv

PRIMEIRA PARTE TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL

Capítulo I – Direito Processual: Conceito, Denominação, Posição Enciclopédica e Evolução Científica	3
§ 1º Conceito de Direito Processual.....	3
§ 2º Denominação	5
§ 3º Posição Enciclopédica.....	7
§ 4º Evolução Científica do Direito Processual.....	7
Capítulo II – A Existência de uma Teoria Geral do Direito Processual	11
Capítulo III – Fontes, Interpretação e Aplicação no Espaço e no Tempo do Direito Processual Civil.....	13
§ 1º Fontes do Direito Processual Civil.....	13
§ 2º Interpretação da Lei Processual	20
2.1. Método Literal ou Gramatical.....	21
2.2. Método Lógico-Sistemático.....	22
2.3. Método Histórico	22
2.4. Método Comparativo.....	23
2.5. Método Teleológico	24
a) Resultado Declarativo.....	25
b) Resultado Restritivo.....	25
c) Resultado Extensivo.....	25
d) Resultado Ab-Rogante.....	26
§ 3º Integração da Lei Processual.....	26
§ 4º Eficácia da Lei Processual no Espaço.....	27
§ 5º Eficácia da Lei Processual no Tempo.....	29

Capítulo IV – Princípios Constitucionais do Direito Processual	33
§ 1º Princípio do Devido Processo Legal	33
§ 2º Princípio da Isonomia.....	40
§ 3º Princípio do Juiz Natural.....	43
§ 4º Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional	46
§ 5º Princípio do Contraditório.....	49
§ 6º Princípio da Motivação das Decisões Judiciais	54
§ 7º Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional.....	57
Capítulo V – A Trilogia Estrutural do Direito Processual	61
Capítulo VI – Jurisdição	63
§ 1º As Funções do Estado e a Função Jurisdicional	63
§ 2º Conceito.....	65
§ 3º Características Essenciais.....	69
§ 4º Espécies de Jurisdição	72
§ 5º Jurisdição Voluntária	75
§ 6º Escopos da Jurisdição.....	78
§ 7º Tutela Jurisdicional: Conceito e Classificações	81
§ 8º Tutela Jurisdicional Antecipada	83
§ 9º Tutela Jurisdicional Específica Relativa às Obrigações de Fazer, Não Fazer e Entregar Coisa	87
§ 10. Competência.....	91
10.1. Conceito	91
10.2. Critérios de Fixação	92
10.3. Incompetência Absoluta e Relativa	97
10.4. Causas de Modificação da Competência.....	99
10.5. Declaração de Incompetência	102
10.6. Conflito de Competência.....	105
Capítulo VII – Ação	107
§ 1º Teorias sobre a Ação	107
§ 2º Conceito de Ação	112
§ 3º “Condições da Ação” ou Requisitos do Provimento Final	115
§ 4º Classificação da Ação.....	122
Capítulo VIII – Processo	125
§ 1º Teorias sobre o Processo.....	125
§ 2º Conceito e Natureza Jurídica	131
§ 3º Processo e Procedimento.....	134
§ 4º Sujeitos do Processo	135
4.1. O Estado-Juiz e o Juiz.....	136
4.2. Auxiliares da Justiça.....	140
4.3. As Partes.....	142
4.4. O Advogado.....	149
4.5. Litisconsórcio	152

4.6. Intervenção de Terceiros.....	168
4.6.1. Assistência	170
4.6.2. Oposição.....	174
4.6.3. Nomeação à Autoria.....	177
4.6.4. Denúnciação da Lide.....	182
4.6.5. Chamamento ao Processo	193
4.6.6. Recurso de Terceiro	197
4.6.7. Alimentos e Intervenção de Terceiro	199
4.7. Ministério Público	204
4.8. <i>Amicus Curiaë</i>	207
§ 5º Escopos do Processo: Instrumentalidade e Efetividade do Processo	212
§ 6º Classificação do Processo.....	214
§ 7º Objeto do Processo	217
§ 8º Pressupostos Processuais	221
Capítulo IX – Atos Processuais	229
§ 1º Fato, Ato e Negócio Jurídicos.....	229
§ 2º Fato Processual.....	230
§ 3º Atos do Processo e Atos Processuais	230
§ 4º Negócios Processuais	231
§ 5º Classificação dos Atos Processuais	232
§ 6º Forma dos Atos Processuais	234
§ 6º-A Informatização dos Atos Processuais	241
§ 7º Existência, Validade e Eficácia dos Atos Processuais	244
§ 8º Comunicação dos Atos Processuais.....	251

SEGUNDA PARTE

MÓDULO PROCESSUAL DE CONHECIMENTO

Capítulo X – Cognição: Conceito, Objeto e Espécies	263
Capítulo XI – Formação, Suspensão e Extinção do Módulo Processual de Conhecimento	273
§ 1º Formação do Módulo Processual de Conhecimento	273
§ 2º Suspensão do Processo.....	276
§ 3º Extinção do Módulo Processual de Conhecimento	284
Capítulo XII – Procedimento Ordinário	303
§ 1º Conceito e Cabimento	303
§ 2º Petição Inicial.....	305
§ 3º Resposta do Réu	317
3.1. Contestação	318
3.2. Reconvenção	324
3.3. Exceção	330
3.4. Impugnação ao Valor da Causa.....	332

§ 4º	Providências Preliminares.....	333
	4.1. Réplica.....	333
	4.2. Especificação de Provas.....	335
	4.3. Declaração Incidente.....	336
§ 5º	Julgamento conforme o Estado do Processo.....	341
	5.1. “Extinção do Processo”.....	341
	5.2. Julgamento Antecipado do Mérito.....	343
	5.3. Audiência Preliminar e Saneamento do Processo.....	345
§ 6º	Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento.....	354
Capítulo XIII – Procedimento Sumário.....		359
§ 1º	Conceito e Cabimento.....	359
§ 2º	Petição Inicial.....	362
§ 3º	Citação e Audiência de Conciliação.....	363
§ 4º	Resposta do Réu: Contestação e Exceção.....	365
§ 5º	Conversão do Procedimento.....	367
§ 6º	Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento.....	368
§ 7º	Inadmissibilidade de Declaração Incidental.....	369
§ 8º	Intervenção de Terceiros no Procedimento Sumário.....	370
Capítulo XIV – Direito Probatório Teoria Geral das Provas.....		373
§ 1º	Conceito de Prova.....	373
§ 2º	Objeto da Prova.....	376
§ 3º	Ônus da Prova.....	378
§ 4º	Destinatários da Prova e Sistemas de Valoração.....	382
§ 5º	Meios de Prova: Generalidades; Procedimento Probatório; Espécies.....	385
§ 6º	Das Provas em Espécie.....	389
	6.1. Conceito.....	389
	6.2. Depoimento Pessoal.....	391
	6.3. Confissão.....	393
	6.4. Exibição de Documento ou Coisa.....	394
	6.5. Prova Documental.....	395
	6.6. Prova Testemunhal.....	398
	6.7. Prova Pericial.....	403
	6.8. Inspeção Judicial.....	406
Capítulo XV – Sentença.....		409
§ 1º	Conceito.....	409
§ 2º	Classificação.....	413
§ 3º	Elementos Essenciais.....	414
§ 4º	Publicação e Irretratabilidade.....	417
§ 5º	Classificação da Sentença Definitiva.....	418
§ 6º	Sentenças Executivas e Mandamentais.....	428
§ 6º-A	Capítulos de Sentença.....	432

§ 7º Tutela Antecipada	437
§ 8º Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública	452
Capítulo XVI – Coisa Julgada	457
§ 1º Conceito e Natureza Jurídica	457
§ 2º Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material	461
§ 2º-A Relativização ou Desconsideração da Coisa Julgada Material	464
§ 3º Limites Objetivos da Coisa Julgada	468
§ 4º Limites Subjetivos da Coisa Julgada	472
§ 5º A Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas	475
§ 6º A Coisa Julgada nas Demandas Coletivas	479
§ 7º A Coisa Julgada no Mandado de Segurança	483
§ 8º Preclusão	486
Referências Bibliográficas	493
Índice Remissivo	517

SUMÁRIO

Apresentação	xi
Nota Introdutória à 7ª Edição	xiii
Nota Introdutória à 9ª Edição	xv
Nota Introdutória à 14ª Edição	xvii
Nota Introdutória à 18ª Edição	xix

PRIMEIRA PARTE
PROCESSOS NOS TRIBUNAIS

Capítulo I - Introdução e Noções Gerais	3
§ 1º Introdução	3
§ 2º Noções Gerais	4
Capítulo II - Ação Rescisória	9
§ 1º Conceito e Natureza Jurídica	9
§ 2º Cabimento	10
§ 3º Legitimidade	23
§ 4º Procedimento	24
§ 5º Prazo	26
Capítulo III - Homologação de Sentença Estrangeira	29
§ 1º Conceito e Natureza Jurídica	29
§ 2º Procedimento	34
Capítulo IV - Declaração de Inconstitucionalidade	37
§ 1º Controle da Constitucionalidade	37
§ 2º Incidente de Inconstitucionalidade	38
Capítulo V - Uniformização de Jurisprudência	45
§ 1º Conceito e Natureza Jurídica	45
§ 2º Procedimento	47
§ 3º O Mecanismo de Prevenção ou Composição de Divergência	49
Capítulo VI - Recursos	51
§ 1º Teoria Geral dos Recursos	51
1.1. Conceito	51

1.2. Classificação	55
1.3. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	58
1.3.1. “Condições do Recurso”	63
1.3.2. Pressupostos Recursais	69
1.3.3. Impedimentos Recursais	72
1.4. Efeitos dos Recursos	73
1.5. Recurso Adesivo	78
§ 2º Recursos em Espécie	82
2.1. Apelação	82
2.2. Agravo	93
2.3. Embargos Infringentes	105
2.4. Embargos de Declaração	112
2.5. Recurso Ordinário para o STF e para o STJ	116
2.6. Recurso Especial e Recurso Extraordinário	119
2.7. Embargos de Divergência	133
Capítulo VII - Da Ordem dos Processos nos Tribunais	137
§ 1º Procedimento dos Feitos nos Tribunais	137
§ 2º Provimentos Emanados do Relator	141

SEGUNDA PARTE
EXECUÇÃO FORÇADA
(Módulo Processual Executivo)

Capítulo VIII - Teoria Geral da Execução	147
§ 1º Observações Preliminares	147
§ 2º Conceito	148
§ 3º Princípios	152
3.1. Princípio da Efetividade da Execução Forçada	152
3.2. Princípio do Menor Sacrifício Possível do Executado	154
3.3. Princípio do Contraditório	155
3.4. Princípio do Desfecho Único	157
§ 4º Competência	159
§ 5º Legitimidade	164
§ 6º Título Executivo	171
6.1. Títulos Executivos Judiciais	176
6.1.1. Sentença Civil Condenatória (art. 475-N, I)	176
6.1.2. -Sentença Penal Condenatória Transitada em Julgado (art. 475-N, II)	178
6.1.3. Sentença Homologatória de Transação ou de Conciliação (art. 475-N, III)	182
6.1.4. Sentença Arbitral (art. 475-N, IV)	183
6.1.5. Decisão homologatória de acordo extrajudicial (art. 475-N, V)	184
6.1.6. Sentença Estrangeira Homologada pelo STJ (art. 475-N, VI)	185
6.1.7. Formal e Certidão de Partilha (art. 475-N, VII)	186
6.2. Títulos Executivos Extrajudiciais	186
6.2.1. Títulos Cambiais e Cambiariformes (art. 585, I)	187

6.2.2. Reconhecimento de Obrigação por Instrumento Público ou Particular (art. 585, II)	188
6.2.3. Transação Extrajudicial (art. 585, II)	189
6.2.4. Hipoteca, Penhor, Anticrese, Caução (art. 585, III)	190
6.2.5. Seguro de Vida.....	191
6.2.6. Créditos Decorrentes de Foro e Laudêmio.....	192
6.2.7. Aluguel e Acessórios.....	192
6.2.8. Custas Judiciais.....	195
6.2.9. Dívida Ativa da Fazenda Pública.....	196
6.2.10. Todos os Demais Títulos a que a Lei Atribui Força Executiva.....	197
§ 7º Responsabilidade Patrimonial	201
7.1. Fraude contra Credores.....	205
7.2. Fraude de Execução	211
7.3. Alienação de Bem Penhorado.....	214
Capítulo IX - Liquidação de Sentença.....	217
§ 1º Conceito e Natureza Jurídica	217
§ 2º Espécies	224
Capítulo X - Espécies de Execução.....	231
§ 1º Execução para Entrega de Coisa.....	231
1.1. Execução para Entrega de Coisa Certa	232
1.1.1. Fase Postulatória	233
1.1.2. Fase Instrutória	234
1.1.3. Fase Satisfativa.....	235
1.2. Execução para Entrega de Coisa Incerta	236
§ 2º Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer.....	241
2.1. Execução das Obrigações de Fazer.....	241
2.2. Execução das Obrigações de Não Fazer.....	247
2.3. Meios de Coerção.....	250
2.4. Tutela Jurisdicional Específica das Obrigações de Emitir Declaração de Vontade..	257
§ 3º Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente	267
3.1. Procedimento Padrão da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente...	268
3.1.1. Petição Inicial	269
3.1.2. Citação e Arresto.....	271
3.1.3. Pagamento ou Penhora	275
3.1.4. Penhora.....	277
3.1.4.1. Conceito e Natureza Jurídica	277
3.1.4.2. Efeitos da Penhora.....	278
3.1.4.3. Bens Impenhoráveis	283
3.1.4.4. Forma de Realização da Penhora.....	294
3.1.4.5. Penhoras Especiais.....	297
3.1.5. Avaliação dos Bens Penhorados	302
3.1.6. Adjudicação.....	305
3.1.7. Alienação por Iniciativa Particular.....	307
3.1.8. Hasta Pública e Arrematação.....	308
3.1.9. Pagamento ao Exequente	313

3.1.9.1. Pagamento por Entrega de Dinheiro.....	313
3.1.9.2. Pagamento por Adjudicação	315
3.1.9.3. Pagamento por Usufruto de Móvel ou Imóvel.....	315
3.2. Procedimento da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente Fundada em Título Judicial.....	319
3.3. Procedimentos Especiais da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente .	323
3.3.1. Processo autônomo de execução fundado em título judicial.....	323
3.3.2. Execução contra a Fazenda Pública.....	323
3.3.3. Execução de Prestação Alimentícia	329
3.3.4. Execução Fiscal.....	334
§ 4º Insolvência Civil	341
4.1. Vencimento Antecipado das Dívidas.....	352
4.2. Perda do Direito de Administração e Disposição dos Bens	353
4.3. Arrecadação dos Bens Penhoráveis.....	354
4.4. Instauração da Execução Universal	355
Capítulo XI - Defesa do Executado	367
§ 1º Embargos do Executado.....	367
I. Falta ou Nulidade de Citação	382
II. Inexigibilidade do Título	384
III. Ilegitimidade das Partes.....	387
IV. Cumulação Indevida de Execuções	388
V. Excesso de Execução.....	390
VI. Causas Impeditivas, Modificativas ou Extintivas da Obrigação.....	394
VII. Incompetência, Impedimento, Suspeição.....	395
VIII. Nulidade da Sentença Arbitral	396
§ 2º Impugnação à execução fundada em título judicial.....	402
§ 3º Exceção de Pré-Executividade (ou Objeção de Não-Executividade)	404
Capítulo XII - Suspensão e Extinção do Módulo Processual Executivo	409
§ 1º Suspensão do Módulo Processual Executivo	409
§ 2º Extinção do Módulo Processual Executivo.....	413
Referências Bibliográficas	417
Índice Alfabético Remissivo	431

SUMÁRIO

Apresentação, xvi

Nota introdutória ao volume III, xx

Nota introdutória à 19ª edição, xxiv

Nota introdutória à 12ª edição, xxvi

Nota introdutória à 5ª edição, xxx

PARTE 1 – PROCESSO CAUTELAR, 3

PRIMEIRA SEÇÃO – Teoria Geral do Processo Cautelar, 5

I – Conceito e Noções Gerais, 6

§ 1º Conceito, 7

§ 2º “Ação cautelar”: conceito e “condições”, 10

§ 3º Processo cautelar: conceito e pressupostos, 14

§ 4º Medida cautelar: conceito, classificação, características, eficácia no tempo, 21

4.1 Conceito, 21

4.2 Classificação, 23

4.3 Características, 25

4.4 Eficácia no tempo, 33

§ 5º Desnecessidade do processo cautelar como figura autônoma, 36

II – Requisitos de Concessão da Tutela Cautelar, 38

§ 1º *Fumus boni iuris*, 39

§ 2º *Periculum in mora*, 42

§ 3º Colocação sistemática dos requisitos de concessão da tutela cautelar no objeto da cognição judicial, 44

III – Poder Geral de Cautela, 50

§ 1º Conceito, 51

§ 2º Limites, 54

§ 3º Forma e momento de exercício, 57

§ 4º Medidas cautelares *ex officio*, 58

IV – Competência para o Processo Cautelar, 62

§ 1º A competência em primeiro grau de jurisdição, 63

§ 2º A competência em grau de recurso, 66

V – Procedimento Cautelar Comum, 70

§ 1º Fase postulatória, 71

§ 2º Fase instrutória, 81

§ 3º Fase decisória: sentença, coisa julgada e efetivação da medida no processo cautelar, 83

§ 4º Recursos no processo cautelar, 87

VI – Responsabilidade Processual Civil em Matéria Cautelar, 92

§ 1º Responsabilidade processual civil do requerente, 93

§ 2º Liquidação e reparação do dano, 99

SEGUNDA SEÇÃO – Procedimentos Cautelares Típicos, 103

VII – Introdução e Características Gerais, 104

§ 1º Os procedimentos cautelares específicos, 105

§ 2º Procedimentos não cautelares incluídos no Livro III do CPC, 106

VIII – Arresto, 110

§ 1º Conceito e cabimento, 111

§ 2º Pressupostos de concessão, 114

§ 3º Comprovação dos pressupostos, 117

§ 4º Bens arrestáveis, 121

§ 5º Procedimento, 122

§ 6º Efeitos, 124

§ 7º Extinção, 127

IX – Sequestro, 130

- § 1º Conceito e cabimento, 131
- § 2º Pressupostos de concessão, 138
- § 3º Disciplina comum do arresto e do sequestro, 139
- § 4º Distinção entre arresto e sequestro, 141

X – Caução, 146

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 147
- § 2º Classificação, 150
- § 3º Procedimento, 152

XI – Busca e Apreensão, 160

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 161
- § 2º Pressupostos, 163
- § 3º Procedimento, 164
- § 4º Outras modalidades de busca e apreensão no direito brasileiro, 167

XII – Exibição, 174

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 175
- § 2º Classificação, 178
- § 3º Legitimidade, 182
- § 4º Procedimento da exibição contra parte, 185
- § 5º Procedimento da exibição contra terceiro, 187

XIII – Produção Antecipada de Provas, 190

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 191
- § 2º Oportunidade, 198
- § 3º Procedimento, 199
- § 4º Valoração da prova antecipada, 201
- § 5º Destino dos autos, 202

XIV – Alimentos Provisionais, 204

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 205
- § 2º Distinção entre alimentos provisionais e provisórios, 209
- § 3º Procedimento, 212
- § 4º Duração da prestação alimentar provisional, 213
- § 5º Execução, 214

XV – Arrolamento de Bens, 216

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 217
- § 2º Pressupostos, 221
- § 3º Objetivo, 222
- § 4º Procedimento, 222

XVI – Justificação, 226

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 227
- § 2º Procedimento, 229

XVII – Protestos, Notificações e Interpelações, 232

- § 1º Protesto, 233
- § 2º Notificação, 239
- § 3º Intepelação, 241

XVIII – Homologação do Penhor Legal, 244

- § 1º Penhor legal, 245
- § 2º Homologação do penhor legal: conceito e natureza jurídica, 250
- § 3º Procedimento, 252
- § 4º Sentença e execução, 257

XIX – Posse em Nome do Nascituro, 260

- § 1º Conceito e natureza jurídica, 261
- § 2º Legitimidade, 264
- § 3º Procedimento, 265
- § 4º Sentença, 266

XX – Atentado, 270

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 271
- § 2º Pressupostos, 276
- § 3º Legitimidade, 280
- § 4º Procedimento, 281
- § 5º Sentença e execução, 282

XXI – Protesto e Apreensão de Títulos, 288

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 289
- § 2º Procedimento, 291
- § 3º Apreensão do título e prisão do devedor, 293

XXII – Outras Medidas Provisionais, 298

- a) Obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida, 300
- b) Entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos, 302
- c) Posse provisória dos filhos, 302
- d) Afastamento de menor autorizado a contrair casamento, 304
- e) Depósito de incapazes castigados imoderadamente ou induzidos à prática de atos ilícitos ou imorais, 305
- f) Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal, 306
- g) Guarda e educação dos filhos, regulado o direito de visita, 307
- h) Interdição e demolição de prédios, 308

PARTE 2 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, 311**PRIMEIRA SEÇÃO – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa, 313****XXIII – Introdução e Noções Gerais, 314**

§ 1º Conceito, 315

§ 2º Técnicas de especialização dos procedimentos, 319

§ 3º Aplicação subsidiária do procedimento ordinário, 321

§ 4º Nomenclatura, 322

XXIV – Consignação em Pagamento, 324

§ 1º O pagamento por consignação, 325

§ 2º Consignação extrajudicial, 327

§ 3º Consignação judicial: natureza jurídica e competência, 331

§ 4º Procedimento da consignação judicial, 334

§ 5º Legitimidade, 338

§ 6º Consignação de prestações periódicas, 339

§ 7º Sentença, 342

§ 8º Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito, 343

§ 9º Resgate da enfiteuse, 345

§ 10 Consignação de aluguéis e acessórios da locação, 347

XXV – Restituição da Coisa Depositada, 352

§ 1º Depósito: conceito e espécies, 353

§ 2º “Ação de depósito”: conceito, natureza jurídica e cabimento, 354

§ 3º Procedimento, 356

§ 4º Prisão civil do depositário infiel, 362

§ 5º Sentença e execução, 368

XXVI – Anulação e Substituição de Títulos ao Portador, 372

§ 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 373

§ 2º Procedimento, 376

§ 3º Sentença, 380

§ 4º Substituição e destruição parcial do título, 382

XXVII – Prestação de Contas, 384

§ 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 385

§ 2º “Ação de exigir contas”, 389

§ 3º “Ação de dar contas”, 396

XXVIII – Tutela da Posse, 400

§ 1º A posse e a proteção possessória, 401

- § 2º Os interditos possessórios: reintegração, manutenção e interdito proibitório: conceito, cabimento e fungibilidade, 405
- § 3º Procedimento: força nova e força velha, 408
- § 4º Medida liminar: natureza jurídica, 412
- § 5º Exceção de domínio, 416
- § 6º Natureza dúplice dos procedimentos possessórios, 420
- § 7º Sentença, 423
- § 8º Interdito proibitório, 425

XXIX – Nunciação de Obra Nova, 428

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 429
- § 2º Legitimidade, 431
- § 3º Embargo extrajudicial de obra, 433
- § 4º Procedimento, 434
- § 5º Embargo liminar: natureza jurídica, 436
- § 6º Prosseguimento da obra, 438
- § 7º Sentença e execução, 438

XXX – Usucapião de Imóveis, 440

- § 1º Usucapião: conceito, espécies e requisitos, 441
- § 2º Legitimidade, 445
- § 3º Procedimento, 448
- § 4º Sentença e coisa julgada, 450
- § 5º Registro de Imóveis, 452
- § 6º Usucapião especial, 453
- § 7º Usucapião como defesa, 456

XXXI – Divisão e Demarcação de Terras, 458

- § 1º Disposições gerais, 459
- § 2º “Ação de demarcação”, 464
- § 3º “Ação de divisão”, 468

XXXII – Inventário e Partilha, 472

- § 1º Disposições gerais, 473
- § 2º Natureza jurídica, 475
- § 3º Inventário negativo, 477
- § 4º Competência, 478
- § 5º Universalidade do foro da sucessão, 479
- § 6º Questões de alta indagação, 480
- § 7º Inventariante, 481
- § 8º Legitimidade, 484
- § 9º Procedimento, 485

- § 10 Partilha, 489
- § 11 Arrolamento sumário, 492
- § 11-A Inventário e Partilha Extrajudiciais, 493
- § 12 Disposições comuns, 494

XXXIII – Embargos de Terceiro, 496

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 497
- § 2º Competência, 503
- § 3º Procedimento, 504
- § 4º Sentença, 507

XXXIV – Habilitação, 510

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 511
- § 2º Legitimidade, 513
- § 3º Competência, 513
- § 4º Procedimento, 514
- § 5º Habilitação nos autos do processo principal, 515

XXXV – Restauração de Autos, 516

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 517
- § 2º Legitimidade, 518
- § 3º Competência, 519
- § 4º Procedimento, 520
- § 5º Sentença, 521
- § 6º Restauração de autos no Tribunal, 522
- § 7º Responsabilidade civil do causador do desaparecimento dos autos, 522

XXXVI – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio, 524

- § 1º O contrato de compra e venda com pacto de reserva de domínio, 525
- § 2º Procedimento da execução do preço, 528
- § 3º Procedimento para recuperação da coisa vendida, 529

XXXVII – Procedimento Monitório, 532

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 533
- § 2º Espécies de procedimento monitorio, 547
- § 3º Cognição sumária e inversão de iniciativa do contraditório, 548
- § 4º Procedimento, 552
- § 5º Provimento inicial e mandado monitorio, 556
- § 6º Embargos, 561
- § 7º Sentença, recursos e coisa julgada, 565
- § 8º Execução, 570

XXXVII-A – Procedimentos do CPC/1939 ainda em vigor, 574

- § 1º Os procedimentos especiais do CPC/1939 mantidos em vigor pelo Código atual, 575
- § 2º Da Dissolução e liquidação das sociedades, 576
- § 3º Do Dinheiro a risco, 580
- § 4º Da vistoria de fazendas avariadas, 581
- § 5º Da apreensão de embarcações, 582
- § 6º Da Avaria a cargo do segurador, 582
- § 7º Das avarias, 583
- § 8º Da arribada forçada, 584

SEGUNDA SEÇÃO – Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária, 587

XXXVIII – Noções Gerais, 588

- § 1º Jurisdição voluntária, 589
- § 2º Procedimento comum, 591

XXXIX – Alienação Judicial, 596

- § 1º Conceito, natureza jurídica e cabimento, 597
- § 2º Procedimento, 598
- § 3º Extinção de condomínio, 599

XL – Separação Consensual, 602

- § 1º Conceito e natureza jurídica. Sobrevivência do instituto após a Emenda Constitucional nº 66, 603
- § 2º Requisitos, 605
- § 3º Procedimento, 606
- § 4º Sentença, 609
- § 5º Reconciliação do casal, 609

XLI – Cumprimento de Disposição de Última Vontade, 610

- § 1º Testamentos e codicilos, 611
- § 2º Conceito e natureza jurídica, 612
- § 3º Competência, 613
- § 4º Procedimento, 613
- § 5º Sentença, 616

XLII – Arrecadação de Herança Jacente, 618

- § 1º Herança jacente, 619
- § 2º Competência, 620
- § 3º Legitimidade, 621
- § 4º Procedimento, 621
- § 5º Administração da herança jacente, 624
- § 6º Declaração de vacância, 625

XLIII – Arrecadação dos Bens dos Ausentes, 626

- § 1º Ausência, 627
- § 2º Pressupostos, 628
- § 3º Competência, 628
- § 4º Procedimento, 629
- § 5º Conversão da sucessão provisória em definitiva, 631

XLIV – Arrecadação das Coisas Vagas, 632

- § 1º Conceito e natureza jurídica, 633
- § 2º Legitimidade, 634
- § 3º Competência, 634
- § 4º Procedimento, 635

XLV – Curatela dos Interditos, 638

- § 1º Interdição: conceito e natureza jurídica, 639
- § 2º Legitimidade, 640
- § 3º Competência, 641
- § 4º Procedimento, 642
- § 5º Sentença, 643
- § 6º Levantamento da interdição, 645
- § 7º Curador: investidura e remoção, 645
- § 8º Disposições comuns à tutela e à curatela, 646

XLVI – Organização e Fiscalização das Fundações, 648

- § 1º Fundações, 649
- § 2º Procedimento para instituição de fundações, 650
- § 3º Estatutos: elaboração e alteração, 650
- § 4º Extinção das fundações, 651

XLVII – Especialização da Hipoteca Legal, 652

- § 1º Hipoteca legal, 653
- § 2º Conceito e natureza jurídica, 654
- § 3º Competência, 654
- § 4º Legitimidade, 655
- § 5º Procedimento, 655
- § 6º Insuficiência de bens, 656
- § 7º Sentença, 656

Referências bibliográficas, 658

Índice remissivo, 670